



**AMAZÔNIA NO PLURAL: RELIGIÕES,  
FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

I SIMPÓSIO NORTE DA ABHR  
IX SEMANA DE HISTÓRIA DO CESP/UEA  
I FAZENDO ARTE NORTE

**EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NO ESPAÇO ESCOLAR:  
A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PARINTINS**

GT 8: RELIGIÃO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORTE

Andreza Barbosa Marques<sup>1</sup>

Jucinara Cabral da Silva<sup>2</sup>

Suena Santarém Loureiro<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º período de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: andrezabmarques1992@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º período de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: naracabral.silva@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica do 8º período de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: suena.santarem13@hotmail.com.

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo mostrar através da experiência de Estágio Supervisionado I e pela participação no projeto de iniciação à docência (PIBID), a influência do catolicismo no espaço escolar, apresentando uma discussão acerca da forte presença do catolicismo no âmbito educacional, em especial nas escolas Nossa Senhora do Carmo e Senador Álvaro Maia. Para isto perpassamos por três tópicos que refletem a questão do estado laico e de que maneira ele deve se fazer presente na sociedade.

O primeiro tópico denominado *Religiosidade e Sociedade* enfatiza a religiosidade como um fenômeno que afeta a todo ser humano, todas as culturas, mantendo-se presente na vida do ser humano ao longo de sua história. Sendo assim a religião um aspecto essencial e permanente da existência humana carregando o papel de uma manifestação natural da existência humana, independente da religião, todas as religiões são instrutivas, sem exceção, pois todas exprimem o homem a sua maneira e podem assim ajudar a compreender melhor esse aspecto de nossa natureza tornando se ligada diretamente à sociedade em todas as instancias sociais.

Em seguida a abordagem refere-se à *Religião e Educação* como uma questão complexa, já que a religião e a religiosidade estão presentes no cotidiano de um grande número de pessoas permeando também o ambiente escolar, mas que se apresenta com particularidades que não giram em torno da diversidade religiosa, que são apresentadas neste caso em Parintins.

Já em um terceiro momento trabalhamos a temática *Religião e Laicidade*, refletindo sobre a influência do catolicismo nas escolas públicas de Parintins e discutindo a questão da laicidade, em especial no meio educacional, tendo a laicidade como suporte para entender que dentro das instituição escolar deve haver a convivência pacífica entre as religiões e o respeito aos indivíduos que optam por não professar nenhuma delas. A partir disso enfatizamos que a escola é o espaço onde esses universos culturais se encontram, onde os conflitos podem se acirrar ou serem desarmados.

A laicidade garante também aos cidadãos que nenhuma religião, crença ou igreja poderá cercar os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses Mas no caso de Parintins o catolicismo é tão influente no município, que percebemos isso através do Hino, dos hospitais, escolas e instituições públicas que levam o nome de algum padre, bispo, santo e etc.

A partir daí, vemos a questão de um estado laico dentro do município se torna muito complexo, pois pensar a educação neste contexto com o espírito cristão/vicentino, a exemplo do

Colégio Nossa Senhora do Carmo, torna-se uma preocupação constante pela formação integral do educando.

### **Religiosidade e Sociedade**

A religiosidade é um fenômeno inerente a todo ser humano e está presente em todas as culturas, manifestando-se na vida do homem ao longo de sua história. O termo religião tem sido conceituado de forma diferenciada dependendo de condicionamentos históricos, culturais e filosóficos. Sendo assim, ele é motivo de interpretações, podendo de acordo Durkheim (1996) ser visto como um aspecto essencial e permanente da existência humana ou como uma ilusão coletiva, criada pelo o homem no intuito de dominar o seu sentimento de impotência em relação ao mundo (FREUD *apud* PALMER, 2001).

Para Durkheim (1996) a religião é um aspecto essencial e permanente da existência humana ele afirma que para aquele que ver na religião uma manifestação natural da existência humana, todas as religiões são instrutivas, sem exceção, pois todas exprimem o homem a sua maneira e podem assim ajudar a compreender melhor esse aspecto de nossa natureza. Ainda de acordo com esse teórico a religião seria uma espécie de especulação sobre tudo o que escapa à ciência, e de maneira mais geral ao pensamento claro.

Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é separada, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral chamada igreja todos aqueles que a elas aderem (...) A religião deve ser uma coisa eminentemente coletiva (DURKHEIM, 1996, p. 32).

Para Eliade (2001), a religião é um sistema infinitamente complexo, que pode ser apontado como uma referência primordial. Conforme o autor a religião é o sistema de mundo das sociedades tradicionais, mas ele ressalta que a religião é autônoma em relação a sociedade. Com base nessas definições percebe-se, que o conceito de religião não é limitado e isso ocorre devido a sua dimensão social:

Religião e sociedade são realidades que se interpenetram (...) a religião concorre de algum modo para a formação na medida em que favorece a convivência dos cidadãos (...) apresenta-se como um empreendimento humano que está a sempre se configurando culturalmente (WOLFF, 2005, p.219).

Portanto pode se afirmar que as religiões estão presentes na vida do ser humano ao longo

de sua história e que todas elas são parte importante da memória cultural e do desenvolvimento histórico de toda sociedade (CAMILO, 2004).

### **Religião e Educação: uma questão complexa**

Valla (2001) afirma que essa questão da religião e da religiosidade é um tema que está presente no cotidiano de um grande número de pessoas e ele também permeia o ambiente escolar. Certamente o interesse pelas religiões no Brasil ocorreu desde chegada dos portugueses, quando eles, ao chegarem aqui, se depararam com uma cultura e religião tão diferente das que conheciam (MARGUES, 2007).

Durante o período colonial, o governo português preocupou-se em expandir a fé cristã nas colônias conquistadas, com essa finalidade desenvolveu o processo de evangelização e catequização das populações indígenas e dos africanos, o que de acordo com Ranquetat (2007) foi de certa maneira uma espécie de ensino religioso, de educação e de formação religiosa nos moldes da doutrina católica.

Os meninos aprendiam a ler e escrever através de livros religiosos (...) simultaneamente com a alfabetização ocorria a doutrinação das crianças de acordo com os princípios da religião católica, a preocupação das autoridades da época era conciliar o ensino das letras, da matemática com o ensino da religião. Tal tarefa era facilitada pelo regime de padroado (...) A Igreja Católica estava subordinada ao Estado, funcionava como um departamento deste. A esfera da educação era comandada pela Igreja Católica (...) os padres eram os professores e os catequizadores (RANQUETAT, 2007, p. 164).

Para os intelectuais católicos a ausência do ensino religioso nas escolas públicas representava um preconceito laicista contra a religião católica, enquanto os liberais, maçons, positivistas, socialistas, e alguns grupos protestantes afirmavam que a existência do ensino religioso significava a presença do elemento eclesial na escola servindo aos interesses da Igreja Católica e indo de encontro à separação do poder temporal e do poder espiritual (VALÉRIO, 2008).

### **Religião e Laicidade: a influência do catolicismo nas escolas públicas de Parintins**

O artigo discute a questão da laicidade, em especial no meio educacional, mostrando sua distância de ideias anticlericais. A laicidade permite a convivência pacífica entre as religiões e o respeito aos indivíduos que optam por não professar nenhuma religião. A escola é o espaço onde esses universos culturais se encontram, onde os conflitos podem se acirrar ou serem desarmados.

A laicidade não é o antirreligioso na sociedade, mas o arreligioso na esfera pública. É a separação entre fé (domínio privado) e instituição (Igreja = instituição de domínio público). É interessante observar que, constantemente, nas discussões, há uma contraposição entre os *a favor* e os *contra* a religião, à interferência do religioso no Estado, a *tirar ou colocar* Deus na vida pública.

Fruto da separação entre Estado e Igreja, onde esta é excluída do poder político e administrativo e, em particular, do ensino, o Estado laico nasceu de um longo processo de laicização, de uma emancipação e construção progressiva, através de um afastamento dos dogmas, do clero e, sobretudo, do poder da Igreja Católica, ganhando vulto sob o influxo da Reforma Protestante, da filosofia de Rousseau, do Iluminismo, apenas para citar alguns exemplos.

Pode-se dizer que a origem da palavra *laico* ou *leigo* remonta à Antiguidade e refere-se ao que não é clerical, ao que pertence ao povo cristão como tal – e não à hierarquia católica – e ao que é próprio do mundo secular, por oposição ao que é eclesiástico. Contudo, é bastante difícil situar e datar com precisão o aparecimento do Estado laico. (DOMINGOS, 2009)

A laicidade une de forma indissociável a liberdade de consciência, fundada sobre a autonomia individual, ao princípio de igualdade entre os homens. É a garantia da liberdade de pensamento do homem-cidadão dentro de uma comunidade política, a garantia da liberdade de espírito e da liberdade do próprio Homem (MENASSEYRE 2003).

Mais do que a recusa do controle religioso sobre a vida pública, o que a laicidade implica, necessariamente, é o reconhecimento do pluralismo religioso, a possibilidade do indivíduo viver sem religião e a neutralidade do Estado, que não privilegia nenhuma crença, religião ou instituição religiosa.

Assim, Estado laico é aquele onde o direito do cidadão de ter ou não ter religião é respeitado e que assegura a *liberdade de consciência*. As únicas restrições feitas a esse direito referem-se à manutenção da ordem pública. Esse direito é assegurado pelo artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem: *Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião*. A laicidade alia, então, a liberdade de consciência fundada sobre a autonomia individual e ao princípio da igualdade entre os homens. É a garantia da liberdade de pensamento do Homem dentro de uma comunidade política, a garantia de liberdade de espírito, a garantia da liberdade do próprio homem.

A laicidade não exclui, no entanto, as religiões e suas manifestações públicas, nem o ensino religioso, muito menos deve interferir nas convicções pessoais daqueles que optam por não

professar nenhuma religião. A laicidade garante também aos cidadãos que nenhuma religião, crença ou igreja poderá cercear os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses. Esta separação entre Igreja e estado é que garante a *pacificação* entre as diversas crenças religiosas, uma vez que não privilegia nenhuma delas. Assim, podemos apontar três princípios contidos no princípio da laicidade: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo.

A sociedade laica não é apenas *mista* quanto aos cultos, mas *neutra* quanto aos mesmos. Respeita a todos, sem engajar-se na defesa de nenhum. Considera que a liberdade de religião é um dos elementos da consciência individual, princípio fundamental dos direitos do Homem e como tal deve ser considerada. Na escola laica, os alunos de todas as confissões religiosas, assim como aqueles que não professam nenhuma religião, devem ser admitidos indistintamente e igualmente respeitados na sua condição de indivíduos em formação.

O espaço escolar, assim como outros espaços onde se evidenciam relações entre indivíduos, possui contradições que lhes são inerentes e que se reproduzem pelas mais diversas razões, como conflitos, estes, gerados pelas mais diversas influências (BOURDIEU e PASSERON, 2008).

A lei prevê um estado laico, neutro e respeitoso quanto a religião de cada indivíduo, mas no município de Parintins, algumas escolas, especialmente de ensino fundamental, impõe a crença do catolicismo aos alunos. Isso dá-se talvez pelo fato de a cidade ser criada e desenvolvida por membros da igreja católica e isso vem influenciando geração a geração.

O catolicismo é tão influente no município que percebemos isso através do Hino, dos hospitais, escolas e instituições públicas que levam o nome de algum padre, bispo, santo e etc. A partir daí, vemos a questão de um estado laico dentro do município se torna muito complexo.

Podemos observar em algumas escolas públicas de Parintins, que não há esse respeito às diferentes crenças dos alunos, sendo imposta a religião católica, que se faz presente tanto nos símbolos quanto nas orações realizadas pelas referidas escolas no início das atividades de cada turno.

A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas.

Nós como acadêmicas do curso e História, tivemos a oportunidade de adentrar e conhecer o cotidiano de duas escolas estaduais, que nos levou a refletir sobre essa temática. Sendo que uma dessas instituições desde a sua fundação até os dias atuais sempre foi administrada por membros

da igreja. Já a outra traz aspectos da religião, mesmo possuindo um grande número de alunos que possuem outras crenças, não respeitando assim, a individualidade religiosa de cada um.

Com o espírito cristão/vicentino o Colégio Nossa Senhora do Carmo, tem uma preocupação constante pela formação integral do educando, proposta esta consubstanciada em sua missão. A Direção, o Corpo Docente, Técnicos e Funcionários procuram vivenciar no dia a dia a proposta do evangelho, razão única, da existência deste educandário implantado neste pedaço amazônico sob as bênçãos de Nossa Senhora do Carmo – sua Padroeira. Por essa devoção, ao iniciar as atividades dentro da instituição, faz-se a oração do Pai-Nosso e Ave-Maria, como forma de repassar os valores religiosos aos alunos, por ser uma instituição da Igreja Católica.

A ideia de laicidade traz consigo a afirmação dos direitos de expressão de cada religião e da expressão dos não-adeptos de uma crença religiosa; ao mesmo tempo em que interdita a todos o direito de apropriar-se do Estado e do espaço público como bem lhes aprouver, garantindo a liberdade religiosa e permitindo, mesmo que indiretamente, a proteção dos cultos minoritários contra a discriminação.

Independente dos preceitos constitucionais que já asseguram este direito, a *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião, na cidade de Paris, em 16 de novembro de 1995, no seu artigo 4º reafirma: 4.1 A educação é o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. A primeira etapa da educação para a tolerância consiste em ensinar aos indivíduos quais são seus direitos e suas liberdades a fim de assegurar seu respeito e de incentivar a vontade de proteger os direitos e liberdades dos outros.

Nessa linha de raciocínio, consideramos a presença do discurso religioso como um dos mais influentes no espaço escolar, justificando sua escolha para problematização, por considerar que existem práticas (in) conscientes que procuram impor apenas uma visão religiosa nas instituições da rede básica de ensino, que acabam por gerar conflitos e constrangimentos no que diz respeito à diversidade cultural e religiosa, abrindo espaços para questionamentos que nos permitam entender as razões que levam os agentes envolvidos no ensino a reproduzirem tal discurso

Embora legalmente esteja previsto a separação dos interesses religiosos em locais públicos, como descrito no artigo 19 da Constituição Federal, e especificamente a proibição de proselitismo religioso e respeito às diferenças culturais, incluindo a religiosa na escola pretendendo garantir a liberdade de crença e de não crença, muitos estudos tem nos mostrado que nos ambientes escolares diversas manifestações que incluem a religião, muitas vezes, atuam como fator determinante tanto na discriminação, como na demonização das religiões africanas, que há uma

preponderância da visão das religiões majoritárias, em especial o cristianismo, e a consideração da religião como suporte à educação moral, acarretando em proselitismo e doutrinação religiosa.

Há ainda a necessidade de considerar que a influência da religião não se faz apenas entre as relações dos sujeitos, como colocado nos estudos de Diniz, Lionço e Carrião (2010), que demonstram como as religiões majoritárias possuem mais espaço inclusive nos livros didáticos e como as religiões minoritárias e aqueles que não professam religião alguma são discriminados nos mesmos livros.

Dentro do processo de romanização, a Igreja Católica, no que dizia respeito à *educação cristã*, apresentava diretrizes extremamente coercitivas, determinando uma série de procedimentos a seus fiéis. Especificamente no que tange à educação escolar. Isso justifica o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular em todas as paróquias a criação de escolas sob a orientação ou direção dos sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas.

Contudo, percebe-se assim como a religiosidade dos atores envolvidos – alunos, professores e gestores – interfere significativamente o convívio dos mesmos no espaço em questão. Entretanto, tais influências externas percebidas no ambiente escolar, muitas vezes desencadeiam relações e práticas internas que podem tornar esse, que deveria ser democrático, reflexivo e libertador, em um local diametralmente oposto a seus objetivos.

### **Considerações finais**

Através deste artigo, procuramos analisar o papel que o catolicismo tem ocupado nas escolas públicas de Parintins e como as questões religiosas tem sua presença marcante e visível nas mesmas. Considerando que a partir das análises dos contextos apresentados através das experiências nas escolas Nossa Senhora do Carmo e Senador Álvaro Maia esta pesquisa nos mostrou as formas que religião católica é aplicada aos educandos, mesmo em um Estado que se diz laico.

Tendo em vista que pensamos estar apenas iniciando as discussões, poderíamos acrescentar que não se pode negar que o aspecto social ligado à desestruturação familiar, às novas formas de composição das famílias e às mudanças estruturais acabaram por transmitir à escola a responsabilidade quase exclusiva da formação do educando, inclusive da formação moral e religiosa.

Mesmo tendo consciência de que não cabe à escola a tarefa de resolver todos os problemas não resolvidos pela sociedade em geral e pelas famílias em especial, negar a necessidade de abertura de diálogo sobre uma escola laica é contribuir para o obscurantismo, o sectarismo e a intolerância.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

A melhor maneira para contribuir significativamente para esta discussão é o início de diálogo no qual os diversos atores envolvidos (escola, sociedade, famílias e alunos, professores e demais profissionais da educação), podem discutir e interagir, de forma racional, buscando uma maior compreensão do tema.

#### **Referências Bibliográficas:**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAMILO, Janaina. “Ensino religioso na escola pública: uma mudança de paradigma”. In: **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC, n. 2, pp. 26-36, 2004.

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana e CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e Ensino Religioso no Brasil**. Brasília: UNESCO: Letras Livres: EdUnB, 2010.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. “Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância”. In: **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARQUES, Ângela Cristina Borges. “Memórias da Fase inicial da Ciência da Religião no Brasil”. In: **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC, n. 1, pp. 192-214, 2007.

PALMER, Michael. **Freud e Jung**. São Paulo: Loyola, 2001.

RANQUETAT, César Jr. “Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras”. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n.1, pp. 163-180, 2007.

SANTOS, Deyse Luciano de Jesus. “Aluno ‘Santo’ x Escola Laica: Avanços e Retrocessos no Trabalho com a Cultura Negra”. In: **Anais de III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades da ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades**. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 3, n. 9, pp. 01-10, 2011.

VALÉRIO, Denise Bezerra. **O ensino religioso na escola: uma questão complexa**. Pernambuco, 2008.

VALLA, Victor. **Religião e Cultura Popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WOLFF, Elias. “Humanismo e Religião”. In: BENTO, Fábio Régio. *Cristianismo, Humanismo e Democracia*. São Paulo: Paulus, 2005. pp. 215-248.